

CONFIGURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS PRÁTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

CONFIGURATION OF ELEMENTS OF SUSTAINABLE PUBLIC PURCHASE PRACTICES IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Aline Alves da Silva, Mestre

<https://orcid.org/0009-0003-2692-9934>

aline.alves401@gmail.com

Universidade Federal do Ceará | Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria

Fortaleza | Ceará | Brasil

Diego de Queiroz Machado, Doutor

<https://orcid.org/0000-0002-3570-8864>

diegomachado@ufc.br

Universidade Federal do Ceará | Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria

Fortaleza | Ceará | Brasil

Márcia Zabdiele Moreira, Doutora

<https://orcid.org/0000-0001-8274-0034>

marciazabdiele@ufc.br

Universidade Federal do Ceará | Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria

Fortaleza | Ceará | Brasil

Henrique Muzzio, Doutor

<https://orcid.org/0000-0002-9818-5810>

henrique.muzzio@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco | Programa de Pós-Graduação em Administração

Recife | Pernambuco | Brasil

Recebido em 29/maio/2024

Aprovado em 04/outubro/2024

Publicado em 23/janeiro/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de contratações de bens e serviços. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como estão configurados os elementos das práticas das CPS na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A metodologia adotada consistiu em um estudo de caso na Unilab, empregando a Teoria da Prática dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012), e utilizou-se da triangulação dos dados por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados revelaram que a prática de CPS na Unilab está configurada em três elementos interdependentes e que foram identificados, como: o elemento material que é, resumidamente, constituído por objetos, software, infraestrutura; o elemento competência, resumidamente, constituído por conhecimentos e habilidades incorporadas; e, o elemento significado, constituído por identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos. Tais achados contribuem para uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas nas CPS na Unilab, destacando os elementos dessa prática que servem como diretrizes para seu aprimoramento contínuo.

Palavra-Chave: Sustentabilidade. Compras Públicas Sustentáveis. Universidade. Elementos da Prática. Teoria da Prática.

ABSTRACT

Sustainable Public Procurement (CPS) is the inclusion of sustainability criteria in the procurement processes for goods and services. The general objective of this research is to understand how the elements of CPS practices are configured at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia (Unilab). The methodology adopted consisted of a case study at Unilab, using the Theory of Practice by authors Shove, Pantzar and Watson (2012), and used data triangulation through document analysis, semi-structured interviews and direct observation. The results revealed that the CPS practice at Unilab is configured into three interdependent elements that were identified, as: the material element which is, in short, constituted by objects, software, infrastructure; the competence element, in short, consisting of incorporated knowledge and skills; and, the meaning element, consisting of personal identification, importance to the work carried out and the rational use of public resources. Such findings contribute to a deeper understanding of the dynamics involved in CPS at Unilab, highlighting the elements of this practice that serve as guidelines for its continuous improvement.

Keyword: Sustainability. Sustainable Public Purchasing. University. Elements of Practice. Practice Theory.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública desempenha um papel crucial no avanço do desenvolvimento sustentável, dado seu amplo alcance e capacidade de moldar o mercado em que atua (Betiol et al., 2012; Oliveira; Santos, 2015; Souza; Ventura, 2020). Isso decorre da autoridade do governo, seja em nível nacional, estadual ou local, de estabelecer regulamentações e políticas públicas, juntamente com seu substancial poder de consumo como grande comprador de vários serviços e produtos que envolvem recursos financeiros significativos (Araújo; Teixeira, 2018). Consequentemente, as aquisições governamentais com base em padrões socioambientais são importantes, pois criam um impulso de mercado mais forte para bens/serviços que aderem a esses critérios, ao mesmo tempo em que servem de modelo para outras entidades.

Dentre os órgãos da Administração Pública, as universidades, ao desempenharem suas funções regimentais básicas, tais como ensino, pesquisa e extensão, acabam por promover uma adequação da observância da legislação com a realização de boas práticas, principalmente nos processos de compras públicas sustentáveis (CPS). Essa importância da Universidade na inserção no cenário das questões de desenvolvimento sustentáveis é levantada por diversos autores, tais como Santana (2015), Santos (2018), Rohrich e Takahashi (2019) e Marcuz Junior et al. (2020), os quais defendem o avanço dos esforços de pesquisa destinados a examinar tais práticas dentro das universidades.

A palavra “prática” embora seja empregada de forma corriqueira no cotidiano, vem ganhando importância após relevantes trabalhos de autores, tais como Karl Marx, Martin Heidegger, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, entre outros (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014). A Teoria da Prática tem sua origem no final da década de 1970 no que se denomina de a “virada interpretativa” ou “the practice turn” no qual se buscou construir uma visão guardachuva para descrever e analisar a ação social e os fenômenos delas decorrentes (Schatzki, 2001).

O desenvolvimento das pesquisas sobre o estudo da prática induziu o surgimento de diferentes entendimentos do que é prática, levando também o desenvolvimento de diversas correntes teóricas da Teoria da Prática (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014; Valiati, 2018). Segundo Postill (2010), os próprios teóricos sociais afirmam não haver uma “teoria da prática” unificada, mas uma “abordagem prática” diversificada. Assim, Schatzki (2001) aponta quatro tipos principais de teóricos da prática, sendo os filósofos (como Wittgenstein,

Dreyfus, Taylor), os teóricos sociais (Bourdieu, Giddens), teóricos culturais (Foucault, Lyotard) e teóricos da ciência e tecnologia (Latour, Rouse). Os teóricos Shove, Pantzar e Watson (2012) destacam-se, conforme a autora Costa (2020), nos estudos baseados da prática por abordarem uma nova perspectiva da prática sobre o consumo, em especial o consumo sustentável.

Diante de todo o exposto, constata-se a necessidade do estudo da prática sustentável nas universidades, confirmando a relevância do envolvimento das universidades na temática sustentável. Desta forma, esta pesquisa tem como o objetivo geral compreender como estão configurados os elementos das práticas das compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

A análise da prática das Compras Públicas Sustentáveis é realizada através da Teoria da Prática, a partir da visão de Shove, Pantzar e Watson (2012), cuja escolha se deve por apresentarem uma abordagem para análise da prática que tem como finalidade compreender e explicar como ocorrem as mudanças nas práticas e suas consequências para o consumo sustentável.

2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são, segundo Biderman et al. (2008), mecanismos para conciliar questões ambientais e sociais em todas as etapas do processo compra e/ou contratação dos governos que objetivam minimizar os impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos, resultando concomitantemente em economia para a administração pública. Logo, as CPS podem ser analisadas conceitualmente de modo sistêmico e diferentes nomenclaturas são utilizadas, tais como: licitações sustentáveis; contratações públicas sustentáveis; compras e contratações verdes; compras ecoeficientes ou ecoamigáveis; compras responsáveis, dentre outras (Biderman et al., 2008; Calvacanti et al., 2017). Neste trabalho, para fins de padronização utilizaremos a nomenclatura Compras Públicas Sustentáveis ou, simplesmente, sua sigla CPS.

O Programa do 10YFP de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) é uma plataforma global de apoio à implementação de CPS no mundo inteiro e destacam, no texto intitulado “Princípios de Compras Públicas Sustentáveis”, os 06 (seis) princípios das CPS que são essenciais para orientar a implementação bem-sucedida dessas práticas e para promover a boa governança (Quadro 1). Tais princípios foram, ainda segundo o artigo, desenvolvidos pelas

forças-tarefa de Marrakesh, utilizando-se de uma abordagem sistêmica passo a passo para o desenvolvimento das CPS (PNUMA, 2015). São eles:

Quadro 1 Princípios das compras públicas sustentáveis

Princípio 1: Boas compras públicas são compras públicas sustentáveis.	As CPS seguem os elementos essenciais de boas compras públicas – são transparentes, justas, não discriminatória, competitivas, responsáveis, buscam o uso eficiente de recursos e são verificáveis – enquanto integrando as três dimensões de desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. Boas compras públicas sustentáveis consideram os impactos sociais, econômicos e ambientais. Boas compras públicas requerem um entendimento dos impactos totais das compras durante todo o ciclo de vida de um produto ou serviço, independente da localidade, da fonte dos recursos naturais até o fim do gerenciamento (ex.: reuso, reciclar, desfazimento).
Princípio 2: A implementação das CPS precisa de liderança.	Influências superiores são necessárias para promover as CPS. Elas podem assegurar que recursos suficientes serão dedicados para a sua implementação e que as boas práticas serão compartilhadas amplamente.
Princípio 3: As CPS contribuem para ampliar os objetivos das políticas.	As CPS são um elemento chave para obter um amplo alcance de objetivos governamentais e organizacionais através de gastos estratégicos. Exemplos desses objetivos podem incluir gerenciamento de recursos naturais sustentáveis, eficiência de recursos, desenvolvimento sustentável e consumo e produção sustentáveis. As CPS também podem incentivar o mercado com soluções de inovações sustentáveis, incentivando uma interação cedo com o mercado e estimular a criação de empregos justos.
Princípio 4: As CPS engajam todas as partes interessadas.	As CPS requerem apoio de todas as partes da sociedade. Juntos, os formuladores de políticas públicas, políticos, clientes, fabricantes, fornecedores, contratantes, compradores e as organizações da sociedade civil possibilitam a entrega das CPS. As aptidões necessárias para as CPS são comunicação e análise, a habilidade de influência, negociação, profissionalismo, entendimento do mercado e todos os diferentes impactos da sustentabilidade no processo de compras. As CPS requerem em comunicação de uma mensagem consistente designada para as necessidades de diversos tipos de público. As CPS têm que ser apoiadas por linhas claras de responsabilização, com incentivos de entrega.
Princípio 5: A implementação das CPS é baseada em princípios sensatos de gerenciamento organizacional.	As CPS são baseadas em uma abordagem de risco, continuamente reavaliando e colocando como alvo as áreas de alto impacto ou prioridade. Sucesso imediato pode ser demonstrado através de uma abordagem de “ganho rápido”. Mas isso não deverá substituir uma abordagem mais compreensível de longo prazo. Ter as CPS como parte de um sistema de gerenciamento organizacional ajuda a fazer com que seja parte da rotina de práticas de compras da organização.
Princípio 6: As CPS monitoram seus resultados.	Progresso contínuo somente é possível se os resultados das CPS forem relatados. Usar sistemas de avaliação e monitoramento para medir resultados é essencial para acompanhar o progresso assim como identificar áreas de melhoria. Resultados podem incluir desempenho ambiental como redução de emissões, redução de uso de materiais e redução de geração de resíduos; resultados econômicos como redução de custos (incluindo benefícios e custos não tangíveis), criação de empregos, criação de riqueza, e transferência de habilidades/tecnologia; e resultados sociais como empoderamento de minorias, redução da pobreza e boa governança

Fonte: Adaptado de PNUMA (2015, p. 2-3).

O ordenamento jurídico a fim de adequar-se à realidade das CPS apresenta uma grande diversidade de dispositivos infraconstitucionais que devem ser observados nas

compras governamentais que adotem critérios de sustentabilidade (Calvacanti et al., 2017; Valente, 2011). Desta forma, o administrador público deverá selecionar a proposta considerando as regras expressas em leis e normas específicas de licitações, além das normas infraconstitucionais que norteiam os critérios de sustentabilidade (Valente, 2011).

A Lei 8.666/1993, conhecida como a "Lei de Licitações e Contratos Administrativos", regulamentou por quase três décadas os procedimentos de licitação e contratação pela administração pública, estabelecendo normas gerais que instituíram a obrigatoriedade das licitações em seus processos de contratações e regulamenta tais procedimentos (Calvacanti et al., 2017). Essa lei foi alterada pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, também denominada como a Nova Lei de Licitações (NLL) e publicada com o intuito de modernizar, desburocratizar e conferir maior eficiência e transparência aos processos licitatórios e contratos administrativos (Rabello, 2022). A NLL reuniu em um único instrumento princípios, regras, institutos e mecanismos previamente estipulados em normativos anteriores, afastando a fragmentação até então vigente, tais como: Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações e Contratos); Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão); Lei nº 12.462/2011 (Lei RDC) e o Decreto nº 10.024/2019 (Decreto do Pregão Eletrônico).

Essas legislações focadas em Compras Públicas Sustentáveis, são bastante amplas e tem se esforçado para incluir critérios sociais, ambientais e econômicos nas licitações para assim fomentar o desenvolvimento sustentável. Jereissati e Melo (2020) avaliam que a Administração Pública Brasileira ao publicar normativos e regulamentos que permitem estabelecer critérios sustentáveis para as aquisições de produtos e serviços proporcionou boa base legal para que sejam realizadas as CPS em todo o território nacional, promovendo assim, ações de fomento ao desenvolvimento sustentável no mercado ao qual está inserida.

Diante da importância das Compras Públicas Sustentáveis no auxílio para o alcance do desenvolvimento sustentável nacional, diversos autores realizaram estudos incluindo as universidades nesse cenário, tais como Lavor e Turatti (2021), Soares, Deglinomeni e Rosa (2021), Souza e Ventura (2020), entre outros. Tais autores consideram que as universidades têm um importante papel nessa temática, já que tem por função primordial a educação e a pesquisa científica e com a implementação das CPS conseguem gerar efeitos positivos e multiplicadores no cenário o qual está inserida, via comunidade universitária e fornecedores.

Em suma, destaca-se que as Compras Públicas Sustentáveis representam uma oportunidade valiosa para as universidades brasileiras, pois elas são uma importante

ferramenta na redução dos impactos negativos gerados pela instituição no meio ambiente, também, promovem uma cultura de consumo consciente e valorização dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade. Foi diante dessa relevância, que a presente pesquisa decidiu buscar compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis em uma universidade.

3 TEORIA DA PRÁTICA

A teoria da prática tem sua origem no final da década de 1970 no que se convencionou chamar de a “virada interpretativa”, no qual se buscou uma forma alternativa de compreender a realidade dos indivíduos e suas expectativas, deixando de lado as ideias abstratas. A base conceitual da prática surge a partir do campo das ciências sociais, em disciplinas como a Antropologia, História, Filosofia e Sociologia e, conforme Postill (2010), esta teoria pode ser dividida conceitualmente em duas gerações de teóricos (Valiati, 2018).

A primeira geração foi responsável pela formação das bases conceituais buscando um equilíbrio entre o individualismo metodológico (entende o fenômeno social como o resultado de ações individuais) e o holismo metodológico (explica o fenômeno por meio de estruturas), sendo seus principais autores Foucault (1979); Bourdieu (1983); Giddens (1979, 1984) e Certeau (1984). Já a segunda geração continua enfatizando a centralidade do corpo e propôs novos conceitos e aplicações em novas áreas como consumo, cultura material, neurociência e estudos de mídia, sendo os autores mais influentes Schatzki (1996, 2001), Reckwitz (2002), Warde (2005) e Shove, Pantzar e Watson (2012) (Postill, 2010).

Schatzki (2001; 2002) afirma que, embora tenha uma variedade de autores e teorias dentro do que se convencionou denominar de “teoria da prática”, existe um elemento central a todas: a unidade de análise, que são as práticas. O pesquisador buscando compreender determinada realidade social e tendo como base teórica uma das teorias das práticas utiliza-se das práticas, que são um conjunto de ações enquanto atividades humanas organizadas, não sendo meras rotinas e que podem ser compreendidas tanto como uma entidade coordenada (um nexos de fazeres e dizeres) quanto como performance (é ela que sustenta a realização das práticas).

Shove, Pantzar e Watson (2012), partindo do mesmo entendimento de Schatzki (2001; 1996), veem a prática como performance e entidades coordenadas, e acreditam que

elas são definidas pelas relações interdependentes entre os elementos materiais, competências e significados, sendo:

- a) Materiais - constituídos por objetos, ferramentas, infraestrutura e o próprio corpo humano;
- b) Competências - constituídos por conhecimentos, 'know-how', técnicas e habilidades incorporadas;
- c) Significados - constituídos convenções culturais, ideias, expectativas e significados socialmente compartilhados.

Cavalcante e Bispo (2014) entendem a sustentabilidade como uma prática sociomaterial cotidiana, ampliando a visão para além do enfoque estritamente centrado na ação humana e oferecendo uma visão mais holística, no qual o elemento material desempenha um papel crucial na perpetuação da prática. Assim, surge a necessidade de observar a prática da sustentabilidade em sua forma mais orgânica e acontecendo em tempo real, pois é fundamental a identificação dos componentes materiais e sociais que constituem a complexa teia que confere a essa prática significado e continuidade. Silva e Almeida (2016, p. 188) explicam essa interação dos componentes no qual:

O ser humano precisa do meio ambiente (não humano) para realizar suas atividades diárias relacionadas à sustentabilidade e o meio ambiente também necessita dos humanos para lhes conferir significado. O mesmo acontece com as outras duas dimensões do: a social e a econômica, pois, toda a prática da sustentabilidade é constituída da relação entre o material e o social.

Os estudiosos da prática defendem que no momento das decisões as pessoas não realizam análises de custo-benefício para alternativas de consumo mais sustentável, muitas vezes adotando padrões culturais ditados pela família, amigos, mídia etc. (Almeida; Wanderley, 2020; Shove, 2010). Desta forma, segundo Shove (2012), não tem fundamento as ações que buscam conscientizar as pessoas a tomarem decisões mais sustentáveis através apenas do preço e persuasão. Logo, para a sustentabilidade tornar-se popular com propagação em múltiplos contextos sociais, é preciso incorporar a sustentabilidade como uma prática social, ou seja, como algo intrínseco ao cotidiano (Shove, 2003, 2010, 2012, 2014; Shove; Pantzar; Watson, 2012; Chappells; Medd; Shove, 2011).

4 METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo caso que foi realizado através de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), unidade integrante da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), localizada no Ceará.

A Unilab foi instituída em 20 de julho de 2010, por meio da Lei nº 12.289, com a missão de formar profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Diógenes; Aguiar, 2013). Segundo Rodrigues (2021), a Unilab tem em suas diretrizes o desafio primordial de promover práticas sustentáveis. Ademais, a universidade tem realizado a conscientização e o incentivo das suas Unidades Demandantes para a inclusão de itens relacionados à sustentabilidade ambiental em suas solicitações (UNILAB, 2023a).

Para a coleta de dados, seguiu-se a sugestão de Yin (2001) para o estudo de caso, utilizando-se das três fontes de dados: a análise documental dos arquivos e demais documentos oficiais disponibilizados referentes ao processo de compras sustentáveis da Unilab; as entrevistas com gestores, pregoeiros e servidores diretamente envolvidos em alguma das etapas do processo de compra, utilizando um roteiro semiestruturado de questões; e a observação direta, neste caso, tendo como foco as ações dos envolvidos na prática de compras sustentáveis.

O roteiro utilizado na entrevista foi o semiestruturado, tendo sido elaborado com base no entendimento dos teóricos das práticas Shove, Pantzar e Watson (2012). Foram realizadas o total de 11 entrevistas, entre os meses de março a julho de 2023. Os sujeitos da presente pesquisa são os “portadores”, “praticantes” ou “atores” da prática, conforme denominados por Reckwitz (2002) e Schatzki (1996; 2001) e Shove, Pantzar e Watson (2012). Logo, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foram servidores que atuam diretamente em alguma das etapas do processo de compra e lotados na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Unilab. Os entrevistados receberam, a fim de assegurar o anonimato, os códigos de 1 a 11 na ordem em que se deu a realização da

entrevista (exemplo, E1, E2 entre outros). O quadro 2 mostra o perfil dos servidores da Unilab que foram entrevistados.

Quadro 2 Perfil dos entrevistados

CÓDIGO	GÊNERO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NO SETOR
E1	Masculino	58	Especialização	5 anos
E2	Masculino	43	Superior incompleto	4 anos
E3	Feminino	34	Doutorado	9 anos
E4	Masculino	41	Especialização	5 anos
E5	Masculino	35	Especialização	11 anos
E6	Masculino	31	Especialização	3 anos
E7	Feminino	56	Especialização	1 anos
E8	Feminino	40	Mestrado	8 anos
E9	Feminino	31	Especialização	2 anos
E10	Masculino	32	Especialização	5 anos
E11	Feminino	37	Especialização	5 anos
Média		39,8 anos		5,3 anos

Fonte: Dados da pesquisa.

A etapa da observação direta ocorreu nas salas da CLCP, que cumpre destacar que são duas salas localizadas em campi distintos (campus da Liberdade e campus de Palmares). A observação direta foi registrada por fotos e vídeos, além de anotações em um diário de campo das atividades e descrição da realidade observada.

Os dados coletados foram registrados em meio digital (fotos e áudios) e posteriormente transcritos para comporem os dados empíricos, juntamente às anotações e aos diários de campo. Após a coleta de dados, foi realizada uma análise a partir do método de análise de conteúdo, para compreender criticamente os dados coletados e a categorização do conteúdo, com categorias apoiadas no referencial da Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012). Seguindo o entendimento de Bardin (2011), realizou-se a divisão da análise dos dados nessas três grandes etapas, conforme representado na figura 1.

Figura 1 Etapas da análise dos dados da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores.

Portanto, o tratamento e análise de dados adotados nesta pesquisa seguiram uma abordagem estruturada e rigorosa, em conformidade com os preceitos teóricos e metodológicos estabelecidos pelos autores de referência, conferindo, assim, substância e relevância aos achados deste estudo. Assim, ressalta-se que a minuciosa análise dos dados coletados não se restringiu a uma mera avaliação isolada, mas, ao invés disso, foi realizada com a devida contextualização, situando os achados dentro do quadro conceitual fornecido pela Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta uma análise detalhada dos resultados obtidos a partir da realização da pesquisa com onze servidores lotados na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), unidade integrante da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A CLCP é a responsável pela gestão e coordenação dos processos licitatórios, contratos e patrimônio da citada universidade, sendo sua atuação importante na garantia da transparência, eficiência e legalidade nas aquisições e contratações realizadas pela universidade (UNILAB, 2021).

A CLCP é composta de 04 (quatro) subunidades que atuam de forma integrada, sendo a Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC), Divisão de Licitação (DILIC), Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA) e Divisão de Patrimônio (DP) (UNILAB, 2021).

As quatro subunidades da CLCP estão divididas em duas salas em campi distintos da universidade, sendo uma no campus da Liberdade, em Redenção, onde se encontra o Coordenador da CLCP e três divisões: DAPC, DILIC e DCCA. Na outra sala fica a Divisão de Patrimônio, que está localizada no campus de Palmares. A figura 2 apresenta cada uma das salas e seus respectivos campi.

Figura 2 Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio



Fonte: Dados da pesquisa.

As subseções a seguir apresentam os elementos identificados da análise da prática das compras públicas sustentáveis.

5.1 MATERIAIS: OBJETOS, SOFTWARE E INFRAESTRUTURA

Um dos três elementos que compõem a prática de compras públicas sustentáveis é o material e, segundo Shove, Pantzar e Watson (2012), os materiais englobam objetos, infraestrutura, ferramentas, hardware e o próprio corpo, ou seja, são os recursos tangíveis utilizados pelo indivíduo (Medeiros, 2020; Shove; Pantzar; Watson, 2012). Desta forma, identificou-se para essa pesquisa que o elemento material é, resumidamente, constituído por objetos, software, infraestrutura.

Os autores Shove, Pantzar e Watson (2012) ressaltam as "coisas" como componentes importantes e argumentam que as práticas estão intrinsecamente interligadas e entrelaçadas com os objetos. Nesse contexto, durante a análise dos relatos dos entrevistados e da observação direta, percebeu-se que para a prática das compras públicas sustentáveis são necessários objetos comuns encontrados em ambientes de caráter administrativos, como: mesa, cadeira, agenda, bloco de anotações, caneta, café, bebedouro de água, ar-condicionado, impressora e computador. Tais objetos são utilizados com o propósito de proporcionar conforto aos servidores (praticantes) que atuam no setor da CLCP e dos setores demandantes, que esporadicamente dirigem-se ao setor para retirar dúvidas.

Outro ponto de destaque é que os entrevistados mencionaram, que dentre os materiais citados, os softwares são de grande relevância e que os utilizam diariamente durante sua prática de compras públicas sustentáveis, sendo que desses sistemas e plataformas cada setor informou utilizar prioritariamente um (uns) sistema (s) específico (s) no desempenho de suas funções, sendo destaque o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como o utilizado de forma prioritária por todas as divisões, facilitando a tramitação de documentos e processos na Unilab.

A relevância na identificação dos softwares utilizados pela equipe da CLCP foi apoiada no entendimento de Orlikowski (2000), o qual destaca a importância de observar como as pessoas utilizam e incorporam a tecnologia às práticas organizacionais, destacando como essa utilização é moldada pelas regras e recursos envolvidos em suas ações contínuas. Em complemento, Magauda e Piccioni (2019) explicam que inicialmente a teoria da prática tinha a limitação de compreender a tecnologia apenas como uma relação "usuário-

dispositivo", no entanto, mostrou-se a necessidade de considerar como as tecnologias atuais estão cada vez mais incorporadas e integradas em conjuntos mais amplos de infraestruturas digitais.

Os elementos materiais apresentados anteriormente, especificamente objetos e softwares, oferecem uma base sólida para compreender o que envolve a prática de compras públicas sustentáveis. No entanto, como Schatzki (2002) compreende as práticas como um conjunto de ações organizadas no tempo e no espaço, é importante destacar que há um componente material adicional de fundamental relevância para a sua prática: a infraestrutura da sala. Visualizou-se por observação direta, que as disposições das estações de trabalho foram planejadas para que cada integrante de uma mesma subunidade fosse alocado próximos, tendo o layout da sala contribuído em vários momentos para que facilitasse a realização de micro reuniões setoriais, a comunicação entre os pares e promovesse uma interação mais fluída e eficaz, o que mostrou ser crucial para o bom desempenho das atividades realizadas.

Diante do exposto, verificou-se que, embora os processos de contratação e aquisições ocorram de maneira virtual, é necessário dispor de uma infraestrutura para a manutenção da prática. Tal achado está em consonância com a argumentação apresentada por Shove, Pantzar e Watson (2012) no que tange à relevância do componente material, enfatizando a relação de interdependência entre os materiais e os demais elementos.

5.2 COMPETÊNCIAS: CONHECIMENTOS E HABILIDADES INCORPORADAS

As competências são constituídas por conhecimentos, know-how, compreensão e habilidades incorporadas, sendo tudo que o indivíduo compreende sobre o que faz (Shove; Pantzar; Watson, 2012). Os autores Shove, Pantzar e Watson (2012) explicam que o know-how, conhecimento e compreensão são elementos decisivos na realização da prática, seja na forma do que Giddens (1984 apud Shove, Pantzar e Watson, 2012) categoriza como consciência prática ou habilidade cultivada deliberadamente ou, de forma mais abstrata, como entendimentos compartilhados de bom desempenho ou adequação, os quais servem como critérios para avaliar atuações específicas. Desta forma, identificou-se nessa pesquisa que as competências são constituídas, resumidamente, por conhecimentos e habilidades incorporadas.

Analisando os relatos, identificou-se que tais competências repousam, principalmente, na compreensão aprofundada das legislações e jurisprudências que regem as contratações e aquisições, bem como a habilidade de ser autodidata nesse cenário complexo das compras públicas. A análise permitiu inferir que os entrevistados consideram que a eficácia nas práticas das compras públicas sustentáveis está intrinsecamente ligada à aquisição e ao domínio dessas competências específicas, estando associadas ao propósito de realizar uma contratação/aquisição em conformidade com a legislação e que atenda de forma satisfatória às demandas da universidade.

Vale ressaltar que, quando os entrevistados mencionavam da necessidade de ter "conhecimento de legislação" na realização das práticas, estavam, se referindo a um amplo conjunto de normativos jurídicos específicos da área de licitações. Isso abrange não apenas leis e decretos, mas também instruções normativas, acórdãos do Tribunal de Contas da União e jurisprudências que permeiam o âmbito das licitações. A importância desse "conhecimento de legislação" apontada pelos servidores é tão acentuada que eles consideram um risco para a administração pública, no caso a Unilab, a possibilidade de não estarem informados acerca de qualquer legislação relevante na área.

Os servidores envolvidos no processo reconhecem a obrigação de manter-se atualizados, sendo que este compromisso com a atualização reflete o empenho em garantir a conformidade e a legalidade das práticas de compras públicas sustentáveis. Segundo Rabello (2022), cursos e treinamentos têm o propósito de aprimorar o conhecimento técnico dos servidores, bem como desenvolver suas competências relacionadas à gestão de processos licitatórios e contratações administrativas. Desta forma, para que as licitações e contratações públicas sejam eficientes e eficazes, é crucial que os agentes públicos estejam devidamente qualificados e preparados para lidar com os desafios que surgem nesse contexto (Rabello, 2022).

Buscando aprofundar a percepção acerca da forma de como os servidores construíram seu repertório de conhecimentos, os entrevistados foram questionados de suas experiências de aprendizagem na área de licitações. Conforme os relatos, percebeu-se três formas em comum de como construíram seus conhecimentos, tais como: cursos de capacitação, geralmente realizados como primeiro contato na área e com enfoque geral da teoria, abordando as legislações e jurisprudências que regem as contratações e aquisições; aprender-fazendo, no qual os contextos da prática os auxiliaram a aprender a atuar de forma

especializada na área de compras públicas; e, por fim, a troca de experiências entre os servidores, em que os mesmos repassam conhecimentos e habilidades que auxiliam na atuação das compras públicas sustentáveis. O quadro 3 apresenta algumas verbalizações dessas três fontes de conhecimentos relatados pelos entrevistados.

Quadro 3 Fontes de conhecimentos relatadas

FONTES	CITAÇÕES (grifo nosso)
Cursos de Capacitação	E4: "Fiz alguns cursos... Só que os cursos que a gente encontra por aí são <u>teóricos, com prática, quase nula, são só falando de legislação...</u> "; E5: "Antes de atuar, a minha formação foi essa: Eu fiz um <u>curso da ENAP</u> , que apesar de ser um curso bom, é muito corrido. Eu passei uma semana lá na ENAP, sendo que a <u>metade da carga horária era de elaboração de edital e a outra metade era de pregoeiro</u> ";
Aprender-fazendo	E3: "O que <u>me fez mesmo aprender foi a minha prática do dia a dia</u> . Os conhecimentos são variados e a gente não consegue aprender tudo de uma vez. A gente vai internalizando com o tempo... Eu pegava o processo e ia estudando"; E5: "...na minha formação, também, teve o <u>principal que foi o aprender fazendo</u> . Chegou uma hora que eu estava sozinho conduzindo todos os pregões da universidade e pronto. Então, foi na <u>prática mesmo de vai lá e faz...</u> "
Troca de experiências entre os servidores	E4: "A gente tem o famoso <u>grupo do WhatsApp...</u> Estou no grupo dos gestores do Ceará, no grupo do Nordeste e no grupo do Brasil. Assim, quando eu pego <u>um cenário aqui na UNILAB, que tenho dúvidas...</u> Eu pergunto pros meus colegas dos grupos de WhatsApp... <u>Aí eu consigo construir uma metodologia de ação a partir das experiências das outras universidades</u> "; E5: "A pessoa que era <u>meu chefe na época, parou tudo para me ensinar</u> por um período. Me mostrou como utilizar os sistemas, como era a rotina de um pregoeiro, os modelos de recursos etc."

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra competência destacada por todos durante as entrevistas foi o autodidatismo, considerado pelos entrevistados como uma habilidade essencial na construção dos seus conhecimentos sobre licitações e de suma relevância em um ambiente dinâmico como o das compras públicas, o qual frequentemente demanda adaptação a novas legislações e alterações procedimentais. Essa relevância do autodidatismo encontra sua explicação em Ranzini e Bryan (2017, p.434), que afirmam que a eficácia das iniciativas de capacitação e formação no setor público é alcançada quando essas ações estão "efetivamente vinculadas às demandas identificadas". Devido a isso, percebeu-se que o autodidatismo possibilitou que os entrevistados se apropriassem ativamente do seu processo de aprendizado, alinhando-se de maneira mais específica às demandas do ambiente de trabalho e contribuindo, assim, para o fortalecimento do capital humano e o aprimoramento contínuo das práticas de compras públicas.

Diante do exposto, o autodidatismo (ou 'habilidade de ser autodidata') emerge como uma competência fundamental para estimular transformações da prática, uma vez que proporciona aos profissionais a identificação de oportunidades de aprendizado, promovendo a

adaptação e o aprimoramento das estratégias (Knowles, 1975; Brookfield, 2009; Camillis, 2011; Souza, 2014). As práticas são definidas, conforme Shove, Pantzar e Watson (2012), por relações interdependentes entre materiais, competências e significados e passam por três estágios que emergem, estabilizam e finalmente desaparecem, à proporção que a ligação entre seus elementos é feita e/ou quebrada (proto-prática, prática e ex-prática). Logo, no presente estudo, constatou-se que o autodidatismo influencia na evolução da prática das compras públicas, possibilitando que novas ligações entre seus elementos sejam feitas e/ou quebradas, pois tem o potencial de catalisar o surgimento de novos métodos, aprimorar práticas existentes e até mesmo extinguir abordagens.

5.3 SIGNIFICADOS: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, IMPORTÂNCIA AO TRABALHO REALIZADO E O USO RACIONAL DOS RECURSOS PÚBLICOS

Um elemento essencial envolvido na prática é a atribuição de múltiplos significados subjetivos a esta prática, sendo definido este significado, como as convenções culturais, expectativas e entendimentos socialmente partilhados, ou seja, refere-se à importância que o indivíduo confere à sua participação (Shove; Pantzar; Watson, 2012). Para Schatzki (1996), o significado transcende para as estruturas teleoafetivas, abrangendo finalidades, projetos, tarefas, objetivos, crenças, afetos, emoções e humores. Nesse contexto, analisando as falas dos entrevistados da presente pesquisa, identificou-se que o significado envolvido na prática das compras públicas sustentáveis é, resumidamente, constituído por identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos.

Ao analisar os relatos dos entrevistados sobre os significados de suas práticas nas compras públicas percebe-se que a identificação pessoal com o trabalho vai além da simples execução de tarefas diárias, tratando-se de um elo entre seus gostos, suas aptidões individuais e suas responsabilidades laborais. Já, a importância atribuída ao trabalho realizado, mostra a conscientização acerca do impacto de suas atividades na organização, pois entendem que o trabalho desempenhado contribui para o bem-estar coletivo e o funcionamento eficiente da universidade. Os servidores relataram que através de sua atuação veem impacto no uso racional dos recursos públicos (pela universidade), pois asseguram que cada investimento do dinheiro público seja direcionado de maneira eficaz para atender às demandas da universidade, evitando os desperdícios ou superfaturamentos nas compras e/ou contratações.

A identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos são os significados verificados que foram relatados por todos os

entrevistados. Ressalta-se, no entanto, que esses foram os principais, mas não os únicos significados identificados na prática das compras públicas sustentáveis, sendo detalhadamente: identificação pessoal com o trabalho realizado; importância ao trabalho realizado; uso racional dos recursos públicos; expectativa de resolução de problema antigo do setor; expectativa de amadurecimento dos demandantes; expectativa do reconhecimento com uma gratificação para pregoeiros; expectativa de uma gestão máxima mais eficiente; expectativa por novas capacitações.

A motivação e a satisfação do trabalho percebida nos relatos dos entrevistados são requisitos fundamentais para a eficiência e eficácia organizacionais, resultando em desdobramentos positivos, tais como cooperação entre equipes, inovação, além da significativa redução de absenteísmo e rotatividade (Bichett; Vargas, 2021; Klein; Mascarenhas, 2016; Medeiros, 2014). Deve-se a isso, pela motivação ser uma força propulsora que incita os indivíduos a ação, caracterizando-se pela disposição do trabalhador para realizar esforços contínuos em prol da empresa no qual trabalha, desde que esses esforços também concorram para a satisfação de necessidades pessoais.

A motivação no setor público, também conhecida como Public Service Motivation (PSM), tem sido amplamente estudada no mundo todo, no entanto percebeu-se que os valores associados ao serviço público são muito diferentes em todo o mundo (Perry; Hondeghem; Wise, 2010). No âmbito do serviço público brasileiro, Klein e Mascarenhas (2016) afirmam que a satisfação está relacionada, principalmente, a fatores intrínsecos ligados à natureza do trabalho, como relevância das atividades desempenhadas e a compatibilidade das atividades de trabalho com o cargo ocupado. Já Brandão et al. (2014), ressaltam que os fatores motivacionais que promovem mais satisfação no trabalho são realização profissional, as atividades desempenhadas e a responsabilidade atribuída.

Tais evidências, encontradas por esses autores, corroboram o achado da presente pesquisa, no qual os entrevistados, também, acreditam que através da sua atuação nas compras pública conseguem promover o bem à comunidade universitária da Unilab e a sociedade como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das reflexões expostas ao longo deste trabalho, o papel essencial das Compras Públicas Sustentáveis na obtenção do avanço nacional sustentável se torna aparente. Isso

porque a Administração Pública, dado seu volume substancial de compras, promove o desenvolvimento de políticas públicas ao incorporar critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e serviços. Isso não apenas estimula a produção de bens e serviços sustentáveis no mercado, mas também abre um precedente para outras entidades, estabelecendo um ambiente propício para a transformação do mercado em direção à sustentabilidade. Entre as entidades da administração pública, as universidades se destacam por sua capacidade de influenciar a promoção e disseminação de práticas sustentáveis por meio de suas atividades educacionais, de pesquisa e extensão.

A análise do elemento material identificou-se como principais os objetos, software e infraestrutura. Já a identificação do elemento competências na prática de compras públicas sustentáveis é fundamentada, resumidamente, nos conhecimentos e habilidades incorporados pelos profissionais envolvidos. Por fim, em relação ao elemento significado, foi identificado que este é constituído por identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos. Assim, mediante análise de cada um desses elementos, foi possível compreender como estão configurados os elementos das práticas das compras públicas sustentáveis na Unilab.

Um ponto a ressaltar é que, durante as entrevistas, os servidores destacam que, embora critérios de sustentabilidade sejam incluídos nos processos de licitação, as práticas ainda são percebidas como superficiais, e seu impacto na sustentabilidade é questionado. Essa percepção, provavelmente, está relacionada ao fato de a Unilab ainda não contar com um setor estratégico incumbido de planejar, coordenar, executar e monitorar iniciativas que propiciem a implementação de uma gestão estratégica em compras públicas sustentáveis, alinhada às três dimensões da sustentabilidade de: econômica, social e ambiental. Por fim, observou-se a ausência de um Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e a dependência exclusiva do Plano de Contratações Anual (PCA) como fatores que são apontados como limitações para a efetiva promoção da sustentabilidade nas práticas de compras públicas da instituição.

Quanto a contribuição desse estudo, acredita-se que a pesquisa em questão apresentou contribuições significativas na temática de compras públicas sustentáveis e das práticas de sustentabilidade nas universidades, pois utilizou de forma inovadora a base metodológica da Teoria da Prática. Além de, como já mencionado, foi evidenciada a viabilidade de aplicar a Teoria da Prática em pesquisas sobre aquisições governamentais e a

adoção de práticas sustentáveis no ambiente universitário. A adoção da Teoria da Prática como estrutura teórica contribui para a inovação no campo, destacando a importância de incorporar a sustentabilidade como uma prática social, indo além de abordagens tradicionais baseadas apenas em conscientização e persuasão. Por fim, os resultados proporcionam uma visão detalhada dos elementos que compõem as práticas nas compras públicas sustentáveis na universidade, o que pode contribuir fornecendo um norte para pesquisadores, gestores públicos e demais interessados na promoção da sustentabilidade.

Diante de todo o exposto, o presente estudo proporcionou uma compreensão aprofundada das práticas de compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). As descobertas revelam não apenas o fluxo e os elementos constituintes dessas práticas, mas também indicam desafios e oportunidades para a promoção efetiva da sustentabilidade. Apesar das limitações inerentes ao estudo de caso, os resultados fornecem uma base sólida para pesquisas futuras, sugerindo a necessidade de replicação em outras instituições e a inclusão de perspectivas adicionais para uma compreensão mais abrangente e holística. Assim, este trabalho contribui não apenas para a compreensão das práticas de compras públicas sustentáveis nas universidades, mas também para o avanço teórico e prático.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; WANDERLEY, L. S. O. Sustentabilidade enquanto Prática Social: uma construção teórica a partir dos estudos do Schatzki e da Shove. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, XXII ENGEMA, 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: FEAUSP, 2020. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/anais/arquivos/609.pdf?v=1692909344>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ARAÚJO, G. C.; TEIXEIRA, C. E. Análise das compras públicas sustentáveis na secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 100, jan-abr 2018. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.3744>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BETIOL, L. S. *et al.* **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - FGV, 2012.

BIDERMAN, R. *et al.* (org.) **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: FGV, 2008.

BICHETT, M.; VARGAS, S. M. L. Fatores influenciadores na satisfação e motivação ao trabalho no setor público municipal. **Revista Desafio Online**, v. 09, n. 01, p. 138-162, 2021. DOI: <https://doi.org/10.55028/don.v9i1.10195>

BISPO, M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos estudos sobre “prática” no Brasil: uma análise da produção. **XXXVIII Encontro Anual da ANPAD**, v. 38, 2014.

BRANDÃO, I. F. *et al.* Satisfação no serviço público: um estudo na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 77, n. 01, p. 90-113, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-23112014000100004>

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**: regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**: Lei de licitações e contratos Administrativos. Brasília: Secretária-Geral, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

BROOKFIELD, S. D. Self-directed learning handbook. In: R. Maclean, D. Wilson (eds.). **International Handbook of Education for Changing World of Work**. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5281-1>

CAVALCANTE, E. D. C.; BISPO, M. S. Sustentabilidade como Prática: um olhar etnometodológico e sociomaterial a partir da orla marítima de João Pessoa, Paraíba. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 80-113, 2014.

CALVACANTI, D. *et al.* Compras públicas sustentáveis: diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro. **Relatório ao Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e ao Ministério do Meio Ambiente**. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/41009>. Acesso em: 31 jan 2022.

CAMILLIS, P. K. Os saberes no plural: um estudo acerca dos processos de aprendizagem dos trabalhadores que não exercem um papel gerencial. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (Org.). **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 272-299.

CHAPPELLS, H.; MEDD, W.; SHOVE, E. Disruption and change: drought and the inconspicuous dynamics of garden lives. **Social & Cultural Geography**, v.12, n. 7, nov. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649365.2011.609944>

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. 1 ed. Redenção: UNILAB, 2013.

JEREISSATI, L. C.; MELO, Á. J. M. As contratações públicas sustentáveis e a implementação da meta 12.7 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 3, p. 492-519, 2020.

KLEIN, F. A.; MASCARENHAS, A. O. Motivação, satisfação profissional e evasão no serviço público: o caso da carreira de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 01, p. 17-39, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612146562>

KNOWLES, M. S. **Self-directed learning**: a guide for learners and teachers. Chicago: Follet, 1975.

LAVOR, A. A. A.; TURATTI, L. **Os critérios de sustentabilidade nas contratações públicas**: estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. Iguatu: Quipá Editora, 2021.

MAGAUDA, P.; PICCIONI, T. Practice theory and media infrastructures: “Infrastructural disclosures” in smartphone use. **Sociologica**, v. 13, n. 3, p. 45-58, 2019.

MARCUZ JUNIOR, M. *et al.* Sustentabilidade no setor público brasileiro e nas instituições públicas de ensino superior: análise da produção científica em periódicos nacionais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 11, n. 3, p. 183-198, 2020.

MEDEIROS, A. P. O. **Responsabilidade social na universidade**: uma análise do projeto de extensão Leituras na Praça sob a luz das práticas sociais. 2020. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fecacs, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, CE, 2020.

MEDEIROS, D. M. L. **Motivação e satisfação na função pública: caso dos Açores**. 2014. 135 f. Dissertação (mestrado), Departamento de Economia e Gestão, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2014.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 189-206, 2015.

ORLIKOWSKI, W. J. Using technology and constituting structures: a practice lens for studying technology in organizations. **Organization Science**, v. 11, n. 4, p. 404-428, 2000.

PERRY, J. L.; HONDEGHEM, A.; WISE, L. R. Revisiting the Motivational Bases of Public Service: Twenty Years of Research and an Agenda for the Future. **Public Administration Review**, v. 70, ed. 5, p. 681-690, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2010.02196.x>

POSTILL, J. Introduction: theorising media and practice. In: BRAUCHLER, B.; POSTILL, J. (Orgs.). **Theorising media and practice**. Oxford and New York: Livros Berghahn, 2010.

PNUMA. **Princípios de Compras Públicas Sustentáveis**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/materiais-de->

[apoio/biblioteca-digital/principios-de-compras-publicas-sustentaveis-10yfp-spp-2015.pdf](#).

Acesso em: 11 fev. 2024.

RABELLO, L. A. **Efetividade das compras públicas**: atos e exigências adequados à contratação. 104f. 2022. Dissertação (mestrado) - Mestrado Profissional em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Salvador-BA, 2022.

RANZINI, M. S.; BRYAN, N. A. P. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. **Revista de Serviço Público**, v. 68, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i2.1004>

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. **European journal of social theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RODRIGUES, F. A. S. **Gestão sustentável do uso de tecnologias da informação em uma instituição federal de ensino superior do Ceará**. 64 f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Pró-Reitoria De Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2021.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, e2861, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-530X2861-19>.

SANTANA, J. **Gestão de compras em instituição federal de ensino superior**: aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental. 2015. 299 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTOS, F.R. As universidades e a sustentabilidade ambiental. **Revista Gestão Universitária**, v.10, p. 1-17, 2018.

SCHATZKI, T. R. **Social Practices**: A Wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, T. R. Introduction Practice Theory. In: **The practice turn in contemporary theory**. London and New York: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. **The site of the social**: a philosophical account of the constitution of social life and change. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 2002.

SHOVE, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 24, n. 4, p. 363–375, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09537325.2012.663961>

SHOVE, E.; PANTZAR M.; WATSON, M. **The dynamics of social practice**: everyday life and how it changes. London: SAGE Publications Ltda., 2012.

SILVA, L. B.; ALMEIDA, L. L. A sustentabilidade como prática sociomaterial em uma feira de produtos orgânicos de João Pessoa/PB. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 175-206, 2016.

SOARES, C. S.; DEGLINOMENI, R. L.; ROSA, F. S. Compras públicas sustentáveis: análise dos critérios de sustentabilidade e sua aplicação nas universidades federais no Rio Grande do Sul. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 12, n. 1, p. 59-74, 2021. DOI: <https://doi.org/10.13059/racef.v12i1.715>

SOUZA, S. R. **Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em Universidade pública**: um estudo de caso. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SOUZA, E. M. R.; VENTURA, A. C. Compras públicas sustentáveis no Brasil: uma análise da atuação da Universidade Federal da Bahia. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 10, n. 3, p. 204-228, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Comentários do artigo 7º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. São Paulo: TCESP, 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/7>. Acesso em: 06 novembro 2023.

UNILAB. **Portaria da Reitoria nº 193, de 18 de junho de 2021**: Dispõe sobre a revisão da Portaria GR nº107/2017, que define a organização interna e as competências da Coordenação de Logística (COLOG), vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Redenção: Unilab, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/PORTARIA-REITORIA-No-193-DE-18-DE-JUNHO-DE-2021.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

UNILAB. **Relatório de Gestão do ano de 2022**. Redenção: Unilab, 2023a. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-de-Gestao-2022_Final3.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública**. Consultoria Legislativa: estudo. Brasília: Câmara dos Deputados, mar. 2011. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5704/marco_legal_valente.pdf?sequence=2. Acesso em: 10 mar. 2023.

VALIATI, V. A. D. **“Você ainda está assistindo?”: o consumo audiovisual sob demanda em plataformas digitais e a articulação das práticas relacionadas à Netflix na rotina dos usuários**. 2018. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2018.

VIEIRA, L. P.; PUERARI, A. A sustentabilidade na nova lei de licitações. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti**, v. 11, n. 19, p. 56-81, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.